



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"**

**FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**

MONOGRAFIA

**ANÁLISE COMPARATIVA DOS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DAS
REGIÕES SUDESTE E NORDESTE DO BRASIL: UM ESTUDO NA FRONTEIRA
DA ECONOMIA DO DESENVOLVIMENTO**

Aluno: Guilherme Jorge da Silva

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Luciana Togeiro de Almeida

Co-orientador: Prof. Dr. Sérgio Azevedo Fonseca

Banca: Prof^ª. Dr^ª. Suzana Cristina Fernandes de Paiva

ARARAQUARA – SP

2014

FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS - CAMPUS ARARAQUARA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

GUILHERME JORGE DA SILVA

**ANÁLISE COMPARATIVA DOS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DAS
REGIÕES SUDESTE E NORDESTE DO BRASIL: UM ESTUDO NA FRONTEIRA
DA ECONOMIA DO DESENVOLVIMENTO**

Monografia entregue ao Departamento de Economia da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, sob a orientação da Prof. Dra. Luciana Togeiro de Almeida.

ARARAQUARA – SP

2014

À minha mãe, com amor retribuído de toda vida

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, por ter me guiado e iluminado até aqui. O término de uma Faculdade é, antes de tudo, uma questão de fé.

À minha mãe, Flávia de Cássia Jorge, pelos anos de dedicação à minha criação, por sempre estar ao meu lado, por ter sido, durante toda a minha vida, não apenas uma mãe, mas também um pai; por ter me ensinado princípios básicos da dignidade humana e sempre me mostrado que a discussão, a divergência de opiniões e a liberdade de expressão são fundamentais para a criatividade e a edificação do moral. Obrigado por tudo, e a caminhada continua.

Ao Reynaldo Margaritheli, meu padrasto mais pai que qualquer pai que eu poderia ter tido; tenho a gratidão do antes, o durante e o depois: A agonia dos anos de cursinho e a difícil escolha; a longa e árdua jornada pelo curso de ciências econômicas; e a proximidade do encerramento. Seu apoio, sua ajuda, seus conselhos e seus ensinamentos foram vitais.

À minha bisavó, Ruth Augusta Brigagão, por me dar a honra de conviver com uma fonte tão viva de história e sabedoria, e por ter sido figura tão importante no conhecimento e na tolerância das mais diversas religiões que, graças a ela, hoje eu conheço.

À minha avó, Neusa Maria da Silva, por, desde pequeno, ter me mostrado que o mundo pode ser visto e descoberto com um virar de capa e páginas.

Aos meus queridos amigos(as) de São Paulo, alguns mais frequentes do que outros na minha vida, mas que, de maneira igual, moram no meu coração: Tamara Ezzaoui Fernandes, Camila de Oliveira da Silva, Camilla Nacarelli, Eduardo Nacarelli, Vinicius Guedes, Fernanda de Sá e Lucas Gonçalves.

Ademais de familiares e amigos externos à Universidade, a gloriosa Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (FCL-Ar) me proporcionou, além de todo o saber adquirido, a chance de conhecer um número significativo de pessoas, mas da turma XXIX de economia destaco os meus queridos amigos(as): Lureen Asei, Ana Júlia Blumer, Anna Clara Piccinelli, Kleber Ansai, Henrique Figueiredo de Oliveira, Elisa Stocco, Débora Brittes e Graziela Contiero Talarico. Obrigado por me aturarem. De coração.

Do corpo docente da FCL-Ar, agradeço à minha orientadora Luciana Togeiro de Almeida e meu co-orientador Sergio Azevedo Fonseca. Além de bons professores, são

orientadores de primeira grandeza, sempre à disposição para ler, auxiliar e indicar caminhos. Agradeço a sangria dos textos da Monografia e, sobretudo, pela paciência.

Ainda da FCL-Ar, gostaria de agradecer aos membros do Grupo de Estudos de Economia Industrial (GEEIN), ao qual fiz parte durante quase 3 anos.

Ao mundo Araraquarense que vivo e conheço, faço aqui menção honrosa à República da Alambik. Por 4 anos eles foram mais que amigos, foram irmãos, que levarei no coração para a vida inteira. Compartilhamos festas, alegrias e também problemas e embates. Mas foi essa família que me recebeu de braços abertos. Foi essa família que me apresentou a cidade de Araraquara e a Faculdade de Ciências e Letras. Foi essa família que moldou, em certa medida, o aluno Unespiano que sou. Sem dúvida alguma, foram os melhores anos que eu vivi na minha vida. Gostaria de mencionar, dentre os moradores: Tiago Felix que, ainda na época do Orkut, convidou-me para conhecer a República; Pedro Grossi e Diego Rafael Resendiz, companheiros de quarto durante três anos (devo ao Pedro, em grande medida, minhas idas ao campus, pois ele tinha a difícil missão de me acordar); Diego Pontes Lucas e Alex Bachini; Filipe Maciel Fernandes, meu atual colega de quarto, e ao Gabriel Iori e Matheus Oliveira, a safra mais nova da casa.

Uma das maiores alegrias da minha graduação foi fazer parte do Curso Unificado Campus Araraquara (CUCA), núcleo Boa Esperança do Sul. Agradeço, por isso, com imensa gratidão e carinho a equipe desse tão importante Projeto de Extensão. Agradeço, sobretudo, aos alunos que eu tive o prazer e a honra de lecionar e que somaram em minha vida, pois garanto que aprendi mais com eles do que com boa parte dos professores da Faculdade.

Da Morada do Sol sou obrigado a citar: A Chácara Alvorada, o Clube Ascar, a OCA e o Clube 22, locais de grandes festas e boas lembranças (das que restam!); o bar do torresmo, o bar Otello, o bar do português, O Snocker bar Piratas e o salvador do fim de noite (ou não!) bar Manda Brasa.

Ainda agradeço: O Tiago lanches, o SESC e sua ótima programação, as benditas coxinhas douradas de Bueno de Andrada, os Sushizeiros e o restaurante Ki, a churrascaria Estrela do Sul, os pasteis da rua 5....enfim!

Agradeço a acolhida da cidade de Araraquara, uma cidade que jamais sairá do meu coração.

Por fim, agradeço a todos que cruzaram o meu caminho de maneira benéfica nos últimos 4 anos. Os coadjuvantes, variavelmente, são mais importantes que o ator principal.

“Enquanto, por efeito de leis e costumes, houver proscricção social, forçando a existência, em plena civilização, de verdadeiros infernos, e desvirtuando, por humana fatalidade, um destino por natureza divino; enquanto os três problemas do século - a degradação do homem pelo proletariado, a prostituição da mulher pela fome, e a atrofia da criança pela ignorância - não forem resolvidos; enquanto houver lugares onde seja possível a asfixia social; em outras palavras, e de um ponto de vista mais amplo ainda, enquanto sobre a terra houver ignorância e miséria...”

Victor Hugo – Poeta Francês

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo avaliar as regiões sudeste e nordeste do Brasil sob a ótica das particularidades regionais e da fronteira do desenvolvimento, avaliando-as através de indicadores tradicionais - como renda e PIB *per capita* - e não tradicionais - como educação e coleta de esgoto - para responder a seguinte questão: as disparidades dessas duas regiões do país avaliadas por indicadores tradicionais são ampliadas quando levamos em conta indicadores não tradicionais?

PALAVRAS-CHAVE: Fronteira do desenvolvimento, disparidade social, sudeste e nordeste

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. DA FRONTEIRA DO DESENVOLVIMENTO E DO PROBLEMA REGIONAL LOCAL	12
2. DIVISÃO DO TRABALHO	13
CAPÍTULO I: A FRONTEIRA DA ECONOMIA DO DESENVOLVIMENTO E A ECONOMIA REGIONAL NO BRASIL.....	14
1.1. FRONTEIRA DA ECONOMIA DO DESENVOLVIMENTO	14
1.1.1 O pensamento cepalino: Raúl Prebisch e Celso Furtado	16
1.1.2 Os anos 1960 e a Nova Teoria do Crescimento (NTC).....	18
1.1.3 A resposta cepalina à NTC	19
1.1.4 Da mudança teórica aos novos indicadores	20
1.1.5 A importância institucional e a crise de 2008.....	21
1.2. ECONOMIA REGIONAL NO BRASIL.....	23
CAPÍTULO II: INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DAS REGIÕES SUDESTE E NORDESTE DO BRASIL.....	27
2.1. A ESCOLHA DOS INDICADORES	27
2.2. A BASE DE DADOS	27
2.2.1 Programa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD)	28
2.2.2 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).....	28
2.3. OS DADOS.....	29
2.3.1 Tempo de estudo.....	29
2.3.2 Rendimento da população	32
2.3.3 Rede coletora de esgoto.....	34
2.3.4 PIB <i>per capita</i>	38
2.3.5 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).....	40

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
3.1. DA FRONTEIRA DA ECONOMIA DO DESENVOLVIMENTO	43
3.2. O PROBLEMA REGIONAL NO BRASIL	47
BIBLIOGRAFIA	49

ÍNDICE DE FIGURAS, GRÁFICOS E TABELAS

Diagrama 1: Metas do crescimento.....	15
Gráfico 1: Tempo de estudo no nordeste e sudeste do Brasil (2002) em porcentagem	30
Gráfico 2: Tempo de Estudo no Nordeste e sudeste do Brasil (2013) em porcentagem	30
Gráfico 3: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, economicamente ativas na semana de referência, e Valor do rendimento médio mensal, por sexo, situação e classes de rendimento mensal (2002).....	32
Gráfico 4: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, economicamente ativas na semana de referência, e Valor do rendimento médio mensal, por sexo, situação e classes de rendimento mensal (2013).....	33
Gráfico 5: Distribuição percentual de moradores em domicílios particulares permanentes por rede de coleta de esgoto no nordeste (2007)	35
Gráfico 6: Distribuição percentual de moradores em domicílios particulares permanentes por rede de coleta de esgoto no sudeste (2007).....	35
Gráfico 7: Distribuição percentual de moradores em domicílios particulares permanentes por rede de coleta de esgoto no nordeste (2011)	36
Gráfico 8: Distribuição percentual de moradores em domicílios particulares permanentes por rede de coleta de esgoto no sudeste (2011).....	36
Tabela 1: Produto Interno Bruto per capita, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação em reais (2002 a 2012)	38
Gráfico 9: PIB per capita do sudeste e nordeste do Brasil (2002 a 2012).....	39

Tabela 2: IDHM do conjunto dos Municípios das Unidades Federativas das regiões sudeste e nordeste do Brasil (2000 e 2010)	41
--	-----------

INTRODUÇÃO

1 Da fronteira do desenvolvimento e do problema regional local

Segundo Adelman (2001): *“Nenhuma área da Ciência Econômica tem experimentado tantas mudanças bruscas no seu paradigma desde a Segunda Guerra Mundial como tem ocorrido com a Economia do Desenvolvimento.”* (p. 103).

A Economia do Desenvolvimento vem sofrendo, através dos tempos, consideráveis avanços na análise e no entendimento do próprio termo "Desenvolvimento". A busca pela compreensão da contínua melhora do bem estar social têm levado à elaboração de indicadores alternativos para explicá-lo, como no relatório Stiglitz-Sen-Fitoussi (2009) e no relatório da ONU sobre a felicidade (2013). O debate do desenvolvimento no período pós Segunda-Guerra evidenciou que este é um fenômeno complexo, não linear e dependente de diversos fatores: histórico, institucional, político, social e econômico.

Dentro dessa ampla discussão está o Brasil, um país que já passou pela sua industrialização e está inserido em um complexo sistema econômico e financeiro, de dicotomias sociais, de proporções geográficas continentais e de grande diversidade cultural. As análises para a explicação do amadurecimento econômico e social do Brasil são diversas: desde a Formação Econômica do Brasil de Celso Furtado, passando pelo livro homônimo de Caio Prado Junior, indo a visões mais contemporâneas do desenvolvimento, como Bresser-Pereira, Wilson Cano, Samuel Pessoa. O estudo da dimensão da disparidade econômica regional brasileira e os caminhos para o desenvolvimento envolvem, obrigatoriamente, diversos campos de estudo - desde as ciências sociais até os mais diversos campos dos cursos de exatas -, tornando essa temática multidisciplinar.

Discorrer sobre a análise do desenvolvimento regional brasileiro sob a ótica das novas correntes teóricas e dos novos indicadores disponíveis oferece a oportunidade de reavaliar a dimensão da discrepância social no nosso país. E por que, especificamente, o Sudeste e o Nordeste brasileiro?

Primeiramente as duas regiões mostram as faces distintas do nosso país: a primeira com grande volume de produção e com relativo dinamismo social e econômico; e, a segunda, com graves problemas de dinamismo econômico e com uma estrutura política

arcaica. A trajetória das duas regiões são diferentes: enquanto que o Nordeste reinou absoluto em um sistema de produção incapaz de permitir um grande fluxo de renda no período áureo do açúcar (séculos XVII e XVIII), a região Sudeste ganhou força a partir da dinâmica social da estrutura da economia cafeeira (Século XIX e XX) até a transição para a industrialização na primeira metade do século XX. Os dois Estados (Pernambuco e São Paulo) nas suas respectivas épocas são um retrato de toda a trajetória regional e das condições atuais das suas regiões (FURTADO, 1959).

Entrando no século XXI tem-se, principalmente a partir da crise de 2008, a retomada do debate sobre desenvolvimento econômico. Passada, parcialmente, a tempestade, deve-se voltar os olhos mais uma vez para o Brasil e avaliá-lo de maneira plural, baseados em indicadores multidimensionais, e, assim, verificar de maneira clara o tamanho e o caráter de suas disparidades.

2 Divisão do trabalho

Esse trabalho será dividido em dois capítulos, sendo:

Capítulo 1: revisão bibliográfica dos principais autores da fronteira do desenvolvimento econômico e dos principais autores dos problemas regionais do Brasil.

Capítulo 2: Apresentação e análise dos dados utilizados.

CAPÍTULO I: A FRONTEIRA DA ECONOMIA DO DESENVOLVIMENTO E A ECONOMIA REGIONAL NO BRASIL

1.1 Fronteira da Economia do Desenvolvimento

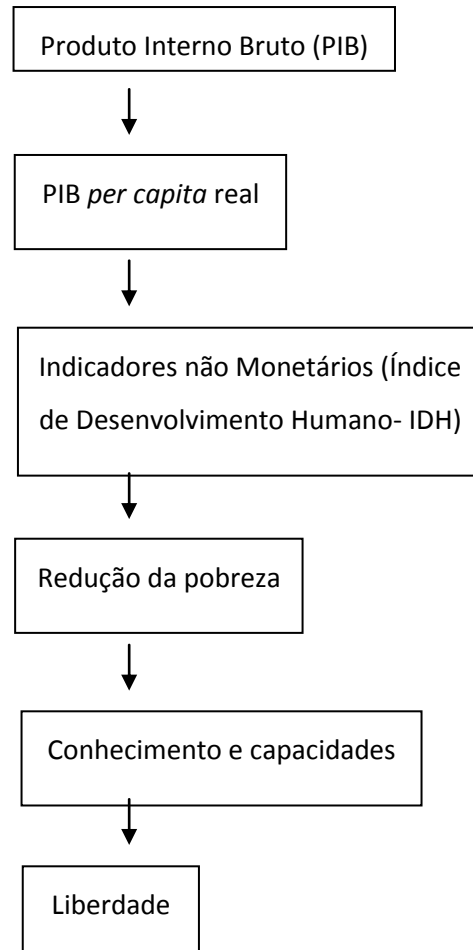
Explicar as fontes do progresso e do desenvolvimento sempre esteve na agenda dos grandes autores clássicos - Adam Smith, John Stuart Mill, David Ricardo, Karl Marx etc - tornando-se um assunto mais que pertinente na teoria econômica. Contudo, com o advento da revolução marginalista neoclássica essa temática foi posta de lado para dar um enfoque quantitativo à ciência econômica, mais próxima das ciências da natureza do que das ciências humanas propriamente ditas, numa tentativa de legitimá-la como ciência. Essa tentativa daria ênfase a um sistema econômico em equilíbrio, no qual a oferta gera uma demanda e o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) é fator essencial para o desenvolvimento do sistema produtivo. A temática voltaria com força após a crise de 1929, com os escritos de autores como John Maynard Keynes e Michal Kalecki. O ponto fundamental para a retomada teórica foi o pós-guerra, pois o mundo ocidental vivia em um forte cenário de polarização entre os Estados Unidos da América (EUA) capitalista e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) comunista. Mais que isso, o pós-guerra fundou instituições não apenas para a manutenção da paz mundial como também da recuperação econômica, com a fundação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, ambos em 1944 e, em 1945, a Organização das Nações Unidas (ONU) (MEIER, 1984).

Entre 1918 e 1945, graças às condições econômicas que levaram à crise de 1929 e condições políticas que levaram a II Guerra Mundial, o período do pós-guerra foi marcado por um significativo otimismo em relação ao papel do Estado no desenvolvimento, isto é, acreditava-se que o Estado tinha capacidade de coordenar, ordenar, planejar e conduzir o desenvolvimento. Essa corrente coincide com o surgimento da chamada "Public Choice School" no final dos anos 1950 e com a endogenização do Estado na teoria da políticas públicas no início de 1960. Anteriormente, com a "Welfare Economics", o Estado era exógeno e acionado apenas para corrigir alguma "falha" de maneira transitória. Ou seja, antes de 1929, na tradição da economia clássica, reconhecia-se que a economia de bem-estar estava sempre em equilíbrio. Os pensadores da escola desenvolvimentista do pós-guerra (1940/1950) - Raúl Prebisch, Celso Furtado, Gunnar Myrdal, Arthur Lewis etc. -

faziam, em sua grande maioria, partes integrantes do quadro governamental de seus países (Raúl Prebisch, por exemplo, ocupou o cargo de diretor do Banco Central Argentino até 1943 e Celso Furtado ocupou o Ministério do Planejamento do Brasil no Governo de João Goulart até 1964, quando este se afastou de cargos governamentais devido ao golpe militar). Havia uma urgência para superar o atraso econômico e a pobreza crônica, além de uma necessidade de mudança teórica para explicar os problemas econômicos do mundo pós-guerra e propor novos caminhos que se diferenciavam da visão neoclássica do "Equilíbrio Geral" (MEIER, 1984).

Durante toda segunda metade do século passado a comunidade internacional tem se esforçado para acelerar o desenvolvimento de países pobres. Esse esforço se baseou na evolução e na mudança do estudo do desenvolvimento no que tange sua natureza, causa, modos de quantificação etc. Segundo Meier e Stiglitz (2002), houve um alargamento da compreensão do que é desenvolvimento e sua relação com o crescimento econômico, tal como representado no Diagrama 1.

Diagrama 1: Objetivos do crescimento





Desenvolvimento sustentável

Elaborado pelo autor baseado em Meier e Stiglitz, 2002.

Os próximos parágrafos farão um panorama da evolução teórica da economia do desenvolvimento, começando com o pensamento Cepalino de 1940 e 1950 e avançando nas décadas de 1960, 1970 e 1980, ao apontar sempre em que medida a análise e a teoria econômica do desenvolvimento mudaram e avançaram.

1.1.1 O pensamento cepalino: Raúl Prebisch e Celso Furtado

Dentre os pensamentos da primeira fase do pós-guerra, o pensamento Cepalino fundado por Raúl Prebisch em 1949 é fundamental para o estudo do desenvolvimento regional, nesse caso, especificamente, a América Latina. Prebisch, através de um pensamento histórico-estrutural, que destaca a importância do contexto histórico para entender o funcionamento da economia e da sociedade, percebe a vulnerabilidade da economia latinoamericana dentro de um pensamento universal já estabelecido por grandes autores estrangeiros, que em sua maioria não conhecem as particularidades da América Latina. Na sua tese Prebisch percebe que há uma deterioração nos termos de troca dos produtos da América Latina, isto é, os preços dos produtos exportados tendem a ser menores que os produtos importados. E por que isso ocorre? A América Latina está dentro de um sistema em que o Centro (países desenvolvidos) tem uma estrutura produtiva homogênea e diversificada, enquanto que os países da Periferia (países atrasados) têm uma estrutura produtiva heterogênea e especializada, baseando-se na exportação de bens primários. Em termos gerais isso significa que os países da periferia, ao importar produtos industrializados e exportar produtos primários (como café no Brasil, cobre no Chile etc), estão contribuindo para o crescente nível de vida dos países desenvolvidos sem receber em troca uma contribuição equivalente. A saída apontada pelo autor é uma Indústria de Substituição de Importação (ISI) por meio de uma política de comércio, administrada

através da desvalorização cambial e elevação das barreiras alfandegárias, objetivando-se uma acumulação de capital físico capaz de se executar uma industrialização para aumentar a produtividade e otimizar a alocação de recursos, tudo isso sendo orientado por fortes políticas econômicas (PREBISCH, 1949).

Apesar de já ser considerado por Raúl o subdesenvolvimento, não como uma etapa comum para o desenvolvimento, mas sim uma característica dos países periféricos, é apenas em Celso Furtado (1971) que encontramos uma explicação que expõe com clareza as etapas do desenvolvimento.

A primeira etapa acontece na Europa e rompe com o sistema pré-capitalista. Isso é possível graças a fatores causais que passaram a ser endógenos ao crescimento econômico, como redução de preços para impulsionar o lado da demanda e ao imperativo tecnológico. A segunda etapa de expansão diz respeito ao deslocamento dessas fronteiras econômicas, até então na Europa Ocidental, para lugares ainda não ocupados, como os Estados Unidos, Canadá e Austrália, sendo influenciado não apenas pelo tipo de colonização (de povoamento), mas também pelas características intrínsecas da burguesia européia, como a reforma protestante e as revoluções burguesas que mudaram os conceitos até então vigentes.

A terceira etapa é caracterizada pelo choque e impacto entre a expansão capitalista e formas arcaicas de organização econômica, social e política. O efeito desse choque resultou, invariavelmente, em estruturas híbridas. Essas estruturas híbridas se dividiam entre o sistema capitalista e o sistema já pré-existente arcaico nos países da América Latina e em outros que tenha ocorrido esse tipo de choque, como parte da Ásia. É esse tipo de estrutura econômica que compõe o fenômeno do subdesenvolvimento. Portanto, o subdesenvolvimento é um processo histórico autônomo e não uma etapa pela qual todos os países, necessariamente, passaram. A industrialização periférica - industrialização que ocorre em países subdesenvolvidos e emergentes - já nasce atrelada a um moderno modelo de produção encabeçado pelos países do centro (FURTADO, 1971).

O encontro do pensamento de Prebisch e Furtado, e, principalmente, pela composição do pensamento Cepalino até meados dos anos 1970, propõem como caminho para o desenvolvimento dos países da Periferia a industrialização baseada em acúmulo de capital físico através da ISI.

1.1.2 Os anos 1960 e a Nova Teoria do Crescimento (NTC)

Nos anos 1960, a teoria econômica desenvolvimentista muda o foco de acumulação de capital físico para acumulação de conhecimento, levada, em grande medida, pela mudança de foco do Banco Mundial, que permanece até os dias de hoje como pode ser visto na seguinte passagem:

“Today the World Bank has shifted much of its emphasis to the intangibles of knowledge, institutions, and culture in an attempt to forge a more comprehensive New Development Framework for our work. We want, for instance, to be a Knowledge Bank, not just a bank for infrastructure finance. We now see economic development as less like the construction business and more like education in the broad and comprehensive sense that covers knowledge, institutions, and culture.”

(Meier e Stiglitz 2002, p.2)

As idéias tomam um lugar de destaque em vez de apenas ajudas físicas em infraestrutura e acúmulo de capital físico propriamente dito.

Segundo ROMER (1993b), as ideias devem ser a preocupação central de uma economia porque serão o avanço não físico; as grandes e pequenas ideias que possibilitarão a maximização de alocação de instrumentos físicos limitados. A chamada Nova Teoria do Crescimento (NTC) acrescenta fundamentos microeconômicos - como o empreendedorismo - para explicar e avaliar o desenvolvimento. A NTC endogeniza o processo tecnológico no modelo de Solow¹, que apresentava algumas limitações, como, por exemplo, considerar a tecnologia como fator exógeno e estático em uma determinada variação de tempo (MEIER E STIGLITZ, 2002).

Devemos lembrar que essa ênfase do conhecimento e das ideias para o desenvolvimento econômico e social tem uma base sólida nos estudos de Joseph Schumpeter (1942), através do qual o autor considera a economia como um sistema

¹ A função de produção tem 4 variáveis: o produto (Y), o capital (K), o trabalho (L) e o conhecimento ou "eficiência do trabalho" (A), de maneira que:

$f[Y(t)] = f[K(t), A(t)*L(t)]$ (ROMER, 1996).

orgânico, sendo construído, destruído e constituído por destruições criadoras que têm sua principal força na inovação. É a inovação responsável por destruir e erguer novos modelos de negócios.

Na citação de MEIER (2001), temos uma ligação fundamental entre o empreendedorismo, a inovação e a concorrência na chamada NTC: “*Competition, based on innovations, depends on entrepreneurial performance. To accelerate development, the supply of entrepreneurship has to be increased.*” (MEIER, 2001, p. 4)”

No que concerne aos países em desenvolvimento, a corrente da NTC defende que é preciso uma grande circulação de ideias via liberalização do comércio e Investimento Direto Estrangeiro (IDE), baseando-se na potencialidade de absorção de cada um dos países e nas instituições que as possibilitam. A propósito, os teóricos da NTC foram grandes críticos da corrente Cepalina por considerarem que os grandes pensadores da teoria "Centro-Periferia" não apenas davam importância demasiada ao acúmulo de capital físico como consideravam essa divisão de Centro e Periferia uma visão um tanto quanto emotiva, apaixonada e irracional dos problemas dos países em desenvolvimento (MEIER e STIGLITZ, 2002).

1.1.3 A resposta cepalina à NTC

A resposta cepalina foi, na década de 1980, a revisão da teoria dos anos 1940 e 1950. O ponto de partida analítico é exatamente o progresso técnico e as possibilidades dos países em desenvolvimento em se inserir nesse contexto. O estruturalismo cepalino de desenvolvimento dos países periféricos para fora e a saída pela ISI são revistos no que denominou-se de neoestruturalismo (RODRIGUEZ ET AL, 1995).

O neoestruturalismo contrasta a competitividade autêntica da competitividade espúria. A primeira está ligada com a produção nos padrões de qualidade mundial e na capacidade de um país em se inserir no mercado externo ao mesmo tempo em que proporciona um aumento na qualidade de vida da população; a segunda se baseia no protecionismo e na abundância de fatores, como mão de obra e recursos naturais. Esses fatores são superados, exatamente, pelo progresso técnico (RODRIGUEZ ET AL, 1995).

Se o caminho é a competitividade autêntica, como trilhá-lo, considerando os fatores históricos e institucionais dos países da periferia? É observado que a Industrialização em si não proporciona garantias de progresso técnico. Há, portanto, uma necessidade de inserção internacional para a absorção do conhecimento. Essa inserção não funcionará de maneira adequada se não tivermos uma política macroeconômica que reduza a vulnerabilidade externa e possibilite estabilidade interna. A articulação produtiva é um ponto importante quando consideramos o Sistema Nacional de Inovação (SNI), em que se devem mesclar instituições públicas e privadas para permitir uma efetiva absorção técnica (RODRIGUEZ ET AL, 1995).

Relacionado ao protecionismo, o neoestruturalismo tem uma visão clara que os setores maduros, de ponta, têm de ser inseridos internacionalmente em um cenário de forte concorrência para, exatamente, permitir um avanço técnico. Os setores atrasados contarão com proteção exatamente para permitir um amadurecimento efetivo. (RODRIGUEZ ET AL, 1995).

1.1.4 Da mudança teórica aos novos indicadores

Desde antes da Segunda Grande Guerra até meados dos anos 1970, as análises de desenvolvimento eram baseadas no crescimento econômico de maneira restrita, isto é, no aumento do Produto Interno Bruto (PIB) ou na renda *per capita*. Contudo, já no final da Segunda Guerra começam a se questionar sobre essa forma tradicional de análise e, assim, passam a surgir outras formas e indicadores, junto da própria evolução dos termos "desenvolvimento" e "subdesenvolvimento". Entretanto, é apenas a partir dos anos 1970 que a elaboração de novos indicadores qualitativos ganham força, compondo uma base multidimensional de indicadores.

A década de 1970, inclusive, é marcada por diversas mudanças na conceitualização e quantificação do termo desenvolvimento. Temos a observação das chamadas falhas de mercado e questionamentos do papel do Estado na economia e sua intensidade. O cenário global de forte crescimento econômico nos chamados "Anos Dourados" e, ao mesmo tempo, a dificuldade em conter os abismos sociais e erradicar a pobreza cada vez mais aparentes ao redor do mundo contribuem para os estudos de indicadores alternativos mais

amplos e multidimensionais, como é o caso do índice de Felicidade Interna Bruta (FIB)², proposta em 1972, pelo então rei butanês Jigme Singya Wangchuck, que objetivava calcular a riqueza de uma nação baseado em parâmetros mais humanos e menos econômicos de difícil mensuração (RIBEIRO NETO; GOMES, 2013).

A demanda não é apenas social, mas também ambiental: fica evidente que as longas décadas de acúmulo desenfreado de capital físico em busca de se gerar cada vez mais produção física de difícil descarte coloca em risco as limitações do nosso próprio planeta. Essa discussão foi introduzida a partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano em 1972 (BARBIERI, 2006).

A década de 1980 deixa clara uma necessária revisão na forma de se quantificar o desenvolvimento, uma vez que é um período de crise para boa parte dos países subdesenvolvidos. Amartya Sen e Mahbub Ul Haq, na década de 1990, formularam o famoso Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), a fim de ampliar a análise de desenvolvimento. De mais fácil mensuração que o FIB, o IDH leva em conta a educação, saúde e renda. Ambos indicadores são contrapontos ao PIB como indicador de desenvolvimento e podem se complementar (RIBEIRO NETO; GOMES, 2013).

1.1.5 A importância institucional e a crise de 2008

Na virada dos anos 1990 tem-se um foco para as políticas e as instituições que formam o sistema econômico. Essas instituições dividem-se em duas: as denominadas extrativas, que geram um crescimento econômico e uma acumulação de riqueza no curto prazo, mas, em longo prazo, acarretam em disparidades sociais e, portanto, não geram desenvolvimento; e as denominadas inclusivas, que são aquelas que beneficiam a circulação de idéias e suas formulações, possibilitando não apenas crescimento econômico como também prosperidade (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012).

Nos anos 2000 fica claro o tom multifacetado do desenvolvimento. Segundo ADELMAN(2001), o chamado "Efeito keep it simple, stupid (KISS)" é a base dos equívocos cometidos quando se analisa o desenvolvimento nas diferentes regiões e países

²O FIB é composto por: bem estar psicológico, saúde, uso do tempo, vitalidade comunitária, educação, cultura, meio ambiente, governança e padrão de vida (RIBEIRO NETO;GOMES, 2013).

do mundo, uma vez que esse efeito alimenta a formulação de explicações simples e de cunho universal.

A autora afirma que o desenvolvimento é extremamente multifacetado e deve ser quantificado por uma base estatística multidimensional. É, no mínimo, um equívoco a procura de um fator que possa explicar o subdesenvolvimento, uma vez que esse é ocasionado por uma série de fatores e depende, diretamente, da trajetória histórica de cada país ou região e da interação de ações políticas, econômicas e sociais (o desenvolvimento não é linear).

Quanto a base multidimensional de análise do desenvolvimento, a contribuição de Stiglitz-Sen-Fitoussi (2009) encontra-se não só com as questões abordadas por Adelman, como também com as dificuldades da recente crise de 2008. Os autores, em convite do Governo Francês, analisam, em um relatório, o caminho possível para a saída da crise dos países da Europa e também maneiras de mensuração de avanços econômicos e sociais. O documento, nomeado "Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress", deixa claro a visão dos três autores quanto a mensuração, por indicadores, do desenvolvimento econômico: deve-se analisar os aspectos qualitativos do desenvolvimento através de indicadores plurais, como: saúde, educação, relações sociais, atividades realizadas, segurança, meio ambiente, padrão de vida material e inserção política. Os autores chamam a atenção que esses indicadores não substituem os dados quantitativos, e sim somam-se a eles para facilitar a discussão, interpretação e entendimento do desenvolvimento econômico.

Esse é apenas um dos diversos relatórios alternativos para a análise do desenvolvimento econômico. Mas há também outros, como o relatório da ONU "World Happiness Report" (United Nations, 2012; 2013) e o "Human Development Report" (2013).

Essas contínuas mudanças e avanços permitem analisar o desenvolvimento das mais diversas formas possíveis e aliar os indicadores quantitativos tradicionais, como PIB e renda *per capita*, aos indicadores qualitativos, como saneamento básico, índice de desmatamento e até mesmo inserção política e cultural de um indivíduo em sua comunidade. Aliando essas duas formas de indicadores, cria-se uma visão mais abrangente e considerável do que se pode chamar de desenvolvimento ou subdesenvolvimento.

1.2 Economia Regional no Brasil

No que se refere à análise da formação da economia nordestina brasileira, Celso Furtado em seu livro *Formação Econômica do Brasil* dá o devido destaque à formação da estrutura social, econômica e política dessa região desde sua ocupação no século XVI. Furtado nos mostra que a empresa comercial açucareira estabelece uma estrutura latifundiária de exportação, baseada em mão de obra escrava e com grande controle produtivo da metrópole. Mesmo que a produção açucareira fosse elevada, ela era destinada ao mercado externo e importava-se, em grande volume, bens de capital e de consumo, tornando, assim, modesto o fluxo de renda interno e o dinamismo criado por essa empresa. Fica claro que, desde os primórdios, já está estabelecida uma rígida estrutura social, econômica e de poder (FURTADO, 1959).

Após a invasão holandesa no século XVI, a metrópole lusitana perde o monopólio produtivo do açúcar e o mesmo entra em crescente declínio. A pecuária se desloca para a região sudeste do Brasil em meados do século XVII, quando surge a segunda grande empresa brasileira: a extrativa, ou de mineração, no século XVIII. Essa empresa permite um maior dinamismo social e um fluxo de renda muito maior que o ciclo do açúcar, uma vez que a pecuária com a produção de carne e couro permite um fornecimento interno de diversos produtos; a própria exploração aurífera incentiva o empreendedorismo, já que o capital inicial para se explorar ouro de aluvião é muito baixo, diferentemente da economia baseada em grande latifúndio. O problema da mineração é a falta de mercado interno, que impediu o seu impulsionamento. Criam-se, entretanto, condições para uma empresa agrícola mais dinâmica no sudeste do Brasil. Essa empresa irá conviver, exatamente, com o momento de forte agonia da indústria açucareira, que será a empresa cafeeira (FURTADO, 1959).

O sudeste desenvolveu uma empresa agrícola distinta (séculos XIX e XX), com mão de obra assalariada em um segundo momento, possibilitada pela imigração do exterior e um escoamento produtivo induzido pelas ferrovias. É sempre bom lembrar que as ferrovias não tiveram apenas o papel de escoar a produção cafeeira do Estado de São Paulo, mas também possibilitou uma fronteira móvel agrícola, isto é, uma agricultura que expande suas fronteiras geográficas sem depender de um processo contínuo de expansão e concentração de terras para manter a produção e a estrutura econômica (como acontecia na empresa açucareira). As características da empresa cafeeira possibilitaram um enorme

mudança na infraestrutura aliada à expansão produtiva. Estava estabelecida uma estrutura política e econômica de alto dinamismo e uma relação de poder bem diferente da encontrada no caso nordestino (FURTADO, 1959).

Mesmo com elevadas taxas de crescimento ao longo do tempo - principalmente de 1930 até 1980 -, os índices de pobreza no Brasil ainda são um dos maiores do mundo (FURTADO, 1971). Os indicadores e o próprio significado da palavra desenvolvimento foram se ampliando e os teóricos econômicos voltaram a olhar as disparidades regionais do Brasil, agora sob uma perspectiva mais ampla. No caso, este trabalho pretende analisar a trajetória do desenvolvimento econômico regional da região Sudeste e Nordeste de maneira comparativa através dos indicadores tradicionais - PIB, PIB *per capita* etc. - e as mais novas formas de mensuração do desenvolvimento - saneamento básico, saúde, educação etc.

Furtado, em 1972, antecipa-se ao furor das questões ambientais e seu futuro papel nas ciências econômicas e faz uma análise ecológica do padrão produtivo da empresa açucareira com seus desdobramentos para a região: enquanto os grandes latifúndios açucareiros empurram a economia de subsistência para o agreste e o semi-árido, aumenta-se o desmatamento, tornando cada vez mais precária a precipitação das chuvas e, conseqüentemente, a produção alimentar. Em termos gerais, a agricultura alimentar fica à deriva da estrutura de expansão dos latifúndios agrícolas voltados para a exportação, tornando o quadro ecológico local altamente fragilizado. Reside aqui a crítica de que o problema do nordeste não é, de forma alguma, a seca, mas a dinâmica econômica que afetou, de maneira indireta, o ecossistema local (FURTADO, 1972).

As disparidades regionais, contudo, não devem ser avaliadas sob a mesma ótica das disparidades entre países e regiões do globo. Quando avaliamos sudeste e nordeste estamos tratando de um mesmo país, em uma economia articulada e integrada, que já efetuou sua industrialização pesada, ou seja, todas essas características devem ser levadas em conta nos estudos, abordagens e possíveis soluções das desigualdades regionais no Brasil. Wilson Cano aponta esse erro fundamental na abordagem de Celso Furtado para o problema social nordestino, uma vez que este aplica a noção "Centro-Periferia" Cepalina em uma economia nacional. A tentativa de execução de uma industrialização por substituição de importação no nordeste aos moldes desse pensamento seria, portanto, um grande equívoco (CANO, 1998).

Se procurarmos outras alternativas teóricas para a desigualdade regional, cai-se no pensamento da "Regional Science" e seus principais autores (ISARD 1956, 1961; PERROUX 1955, 1964), que, apesar de não se adequarem teoricamente a nossa problemática, ampliaram e difundiram de maneira significativa a discussão sobre os desequilíbrios regionais. É preciso abordar a questão de disparidade social no Brasil como algo amplo, dentro de uma complexa estrutura produtiva e de relações inter-regionais, levando em conta a trajetória histórica e socioeconômica não apenas das diferentes regiões do país (nesse caso, especificamente, o nordeste e o sudeste), mas do Brasil como um todo. Uma das maiores dificuldades apontadas em se elaborar planos de desenvolvimento regional é se centrar apenas no regional, esquecendo-se do todo, afetando a articulação e o sucesso de possíveis políticas voltadas ao desenvolvimento regional (CANO, 1998).

Os mitos acerca do desenvolvimento devem ser esclarecidos. Primeiramente a industrialização da região sudeste não se deu, de maneira alguma, em um cenário de atraso agrário, pelo contrário, a agricultura do sudeste brasileiro foi o esteio para o desenvolvimento industrial. A lavoura paulista, por exemplo, bem diversificada, é, comparativamente com o resto do Brasil, ainda bem forte. Não houve uma negligência por parte das políticas públicas com o setor agrícola do sudeste (mais especificamente paulista) (CANO, 1998).

Outro mito é a "Descentralização do polo Industrial Paulista" para levar desenvolvimento para outras regiões do país. O grande erro aqui é achar que a industrialização, *per se*, é sinônimo de desenvolvimento. Se partir do ponto que desenvolvimento é muito mais que crescimento econômico da produtividade, ou seja, é uma melhoria continuada do bem-estar social (BARBIERI, 2006), não se encontrará esta característica. Afinal, as regiões mais industrializadas da nação têm problemas próprios característicos da industrialização, efetuada sob a crença de que "desenvolver é crescer economicamente". Isso rendeu, para citar apenas a cidade de São Paulo, problemas diversos relacionados ao trânsito, à poluição do ar e dos mananciais etc. A chamada planificação industrial leva consigo seus próprios males, uma vez não foi planejada ou foi planejada de maneira inadequada. Exemplificando no próprio eixo rodoviário paulista, essa planificação equivocada diminuiu em muito a qualidade de vida em cidades como Piracicaba, Sorocaba, Jundiaí etc. Então, como melhorar o bem estar social com desconcentração da indústria se a própria planificação acarreta males para o desenvolvimento humano? (CANO, 1998).

Esse é, ainda, apenas um lado econômico sobre as disparidades sociais. Um cunho mais ortodoxo pode ser visto do ponto de vista de outro autor, Samuel Pessôa (2001), que questiona o tipo de desigualdade regional no país - seria ela, de fato, uma desigualdade regional, ou seria outro tipo de desigualdade? Para isso, o autor aponta duas formas de se analisar a desigualdade social: pela renda *per capita* e pela renda total. Baseando-se no conceito de perfeita mobilidade de fatores (nesse caso específico, mão de obra), se não houver diferença entre a qualificação de mão de obra entre as diversas regiões do país, a renda *per capita* vai se ajustar através da migração, a ponto de não haver diferenças nesse indicador. Ao que se refere a isso, o autor propõe a distinção de dois problemas de naturezas diferentes: o problema da renda *per capita* por motivo social e o problema da renda *per capita* por motivo regional, sendo esta comprovada se, e somente se, a diferença entre os produtos per capita de diversas regiões, tendo os trabalhadores a mesma qualificação, explicar uma parcela elevada de diferenciais de produto *per capita*. Depois de lançar uma crítica ao pensamento de Celso Furtado, o autor conclui que o problema da disparidade nacional não é de caráter regional, e sim social, cabendo, portanto, uma melhoria no ensino e na infraestrutura capacitar a mão de obra nordestina e, por fim, atrair as indústrias para essa região, uma vez que a mobilidade do capital é maior do que a do trabalho (PESSÔA, 2001).

Os debates acerca do desenvolvimento regional culminaram na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), com dois objetivos: reduzir as desigualdades e ativar o potencial econômico das mais diversas regiões do país. A PNDR utiliza-se dos seguintes instrumentos: Planos Macrorregionais de Desenvolvimento (Amazônia sustentável ou nordeste/semiárido), Planos Mesorregionais de Desenvolvimento, Programas Governamentais (Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais, Programa do Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semiárido, etc) e Fundos de Desenvolvimento Regional (Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, Fundos Constitucionais de Financiamento (FNE, FNO, FCO), etc.) (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2015).

CAPÍTULO II: INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DAS REGIÕES SUDESTE E NORDESTE DO BRASIL

2.1 A escolha dos indicadores

Os indicadores utilizados neste trabalho são divididos, basicamente, conforme o que a literatura da fronteira do desenvolvimento costuma chamar de "indicadores tradicionais" e "indicadores não tradicionais", isto é, indicadores que levam em consideração fatores relacionados ao crescimento econômico - como o PIB, PIB *per capita* e outros indicadores relacionados à renda e seu crescimento em um determinado período de tempo - e indicadores que levam em consideração fatores sociais - como educação, sistema de esgoto, IDH etc e suas evoluções ao longo do tempo (STIGLITZ ET AL 2009).

Compararemos esses dois blocos de dados entre a região sudeste e nordeste do Brasil no período do governo de Luís Inácio Lula da Silva (2002-2010) e no governo Dilma Rousseff (2010-2013), a fim de avaliarmos o seguinte ponto: As disparidades das duas regiões são aumentadas quando avaliamos da perspectivas de indicadores não tradicionais?

Os indicadores tradicionais utilizados serão: Rendimento das pessoas economicamente ativas e o PIB das regiões sudeste e nordeste do país. Os indicadores não tradicionais utilizados serão relacionados à educação, sistema de esgoto e IDH. Nos tópicos a seguir os dados são tratados com maior profundidade.

2.2 A base de dados

As duas principais bases de dados utilizadas serão: Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

2.2.1 Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD)

A escolha da PNAD para servir como base de dados neste trabalho deve-se ao próprio caráter desse sistema de pesquisa: múltiplo, abrangente e que investiga diversas características da população, como educação, trabalho, rendimento etc. É uma base totalmente adequada à proposta e que se encaixa perfeitamente ao caráter multidimensional do desenvolvimento tão bem exposto em ADELMAN (2001) e visto no capítulo 1 desse trabalho.

Os dados utilizados da PNAD serão os seguintes:

Tabela 272: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por situação, sexo e anos de estudo;

Tabela 1867: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, economicamente ativas na semana de referência, e valor do rendimento médio mensal, por sexo, situação e classes de rendimento mensal;

Tabela 1160: Distribuição percentual de moradores em domicílios particulares permanentes por tipo de esgotamento sanitário e situação do domicílio;

Tabela 1194: Produto Interno Bruto per capita, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação;

2.2.2 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

A escolha do PNUD encontra-se com a escolha da PNAD. O PNUD tem como foco o desenvolvimento humano sustentável, baseando-se em análises integradas, intersetoriais e multidisciplinares, cujo trabalho tem como parceiros o governo brasileiro, o setor privado e a sociedade civil (PNUD, 2014).

Serão analisados os Índices de desenvolvimento Humano (IDH)³ por Unidade Federativa nos anos 2000 e no ano de 2010.

2.3 Os dados

2.3.1 Tempo de estudo

O tempo de um indivíduo estudando é um exemplo clássico de indicador não tradicional. É fundamental, para o desenvolvimento de uma nação ou região, o tempo que uma pessoa se dedica, em sua vida, ao estudo. Estudo é sinônimo de conhecimento e aprendizagem, fatores primordiais quando sabemos da importância da circulação de idéias para os avanços do sistema produtivo. Uma pessoa com maior estudo pode colaborar, com as suas idéias, para o avanço social e científico da comunidade em que está inserida, sendo, portanto, fator fundamental para o bem-estar social (MEIER E STIGLITZ, 2002).

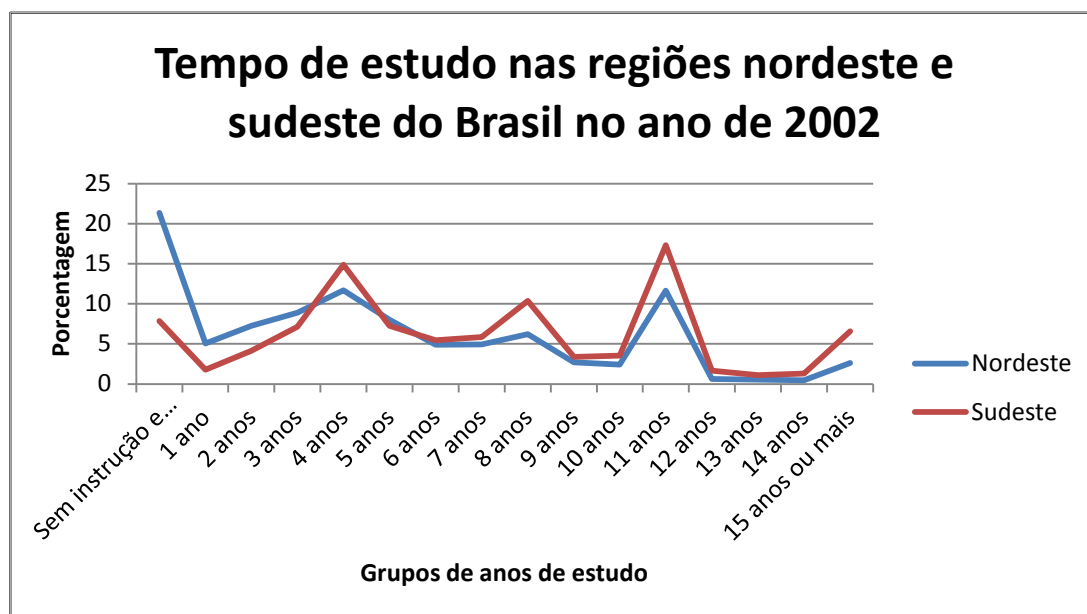
Começaremos com os dados da PNAD que abrangem o tempo de estudos (tabela 272). Utilizaremos a data de referência 29 de setembro de 2001, na semana de referência de 22 a 28 de setembro de 2002, no mês de referência Setembro de 2002, no período de referência de 365 dias de 20 de setembro de 2001 a 28 de setembro de 2002.

Para o ano de 2013, utilizaremos a semana de referência de 22 a 28 de setembro de 2013, com mês de referência sendo em setembro de 2013.

Temos, no primeiro gráfico a seguir, a relação de tempo de estudo na região nordeste do Brasil em porcentagem, no ano de 2002 e 2013:

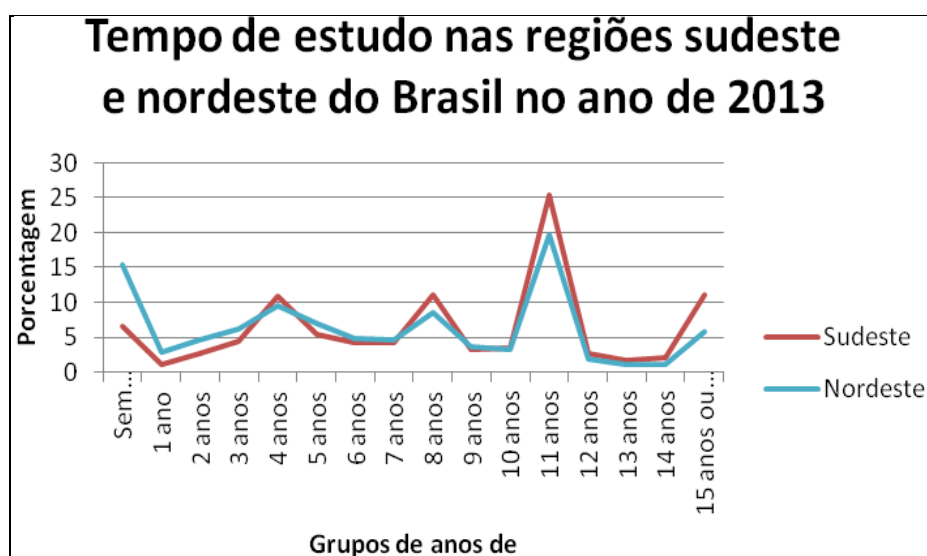
³ O IDH leva em consideração educação, saúde e renda para a sua formulação. (RIBEIRO NETO; GOMES, 2013)

Gráfico 1: Tempo de estudo no nordeste e sudeste do Brasil (2002) em porcentagem



Fonte: Elaboração própria com dados da PNAD 2002. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/pnad/pnadpb.asp>

Gráfico 2: Tempo de Estudo no Nordeste e sudeste do Brasil (2013) em porcentagem



Fonte: Elaboração própria com dados da PNAD 2013. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/pnad/pnadpb.asp>

Podemos observar que há, proporcionalmente, uma redução significativa no nordeste na categoria "sem instrução e menos de 1 ano de estudo" do ano de 2002 a 2013, não apenas em relação a ele mesmo (em 2002 temos 21,35% contra 15,3% em 2013), mas também em relação ao sudeste, que teve uma redução mínima (em 2002 temos 7,87% contra apenas 6,48% em 2013) (PNAD, 2002 e 2013).

Um intervalo interessante é a categoria "11 anos", em que tanto o nordeste como no sudeste, tem-se um crescimento proporcional. Contudo, vale um destaque especial ao caso nordestino em que, em 2002, tinha-se 11,64% de pessoas nessa categoria, enquanto que no sudeste há, no mesmo período, um número maior, de 17,32%. Passados 11 anos, o nordeste deu um salto em 19,69%, e o sudeste 25,34% (PNAD, 2002 e 2013).

Na categoria "15 anos ou mais de estudos", verifica-se uma diferença considerável na evolução do sudeste comparativamente ao nordeste. Em 2002, o sudeste sai do patamar de 6,59% para, em 2013, chegar aos 11,02%. No caso nordestino, tem-se 2,63, no primeiro ano do governo Lula, para 5,75, em 2013 (PNAD, 2002 e 2013).

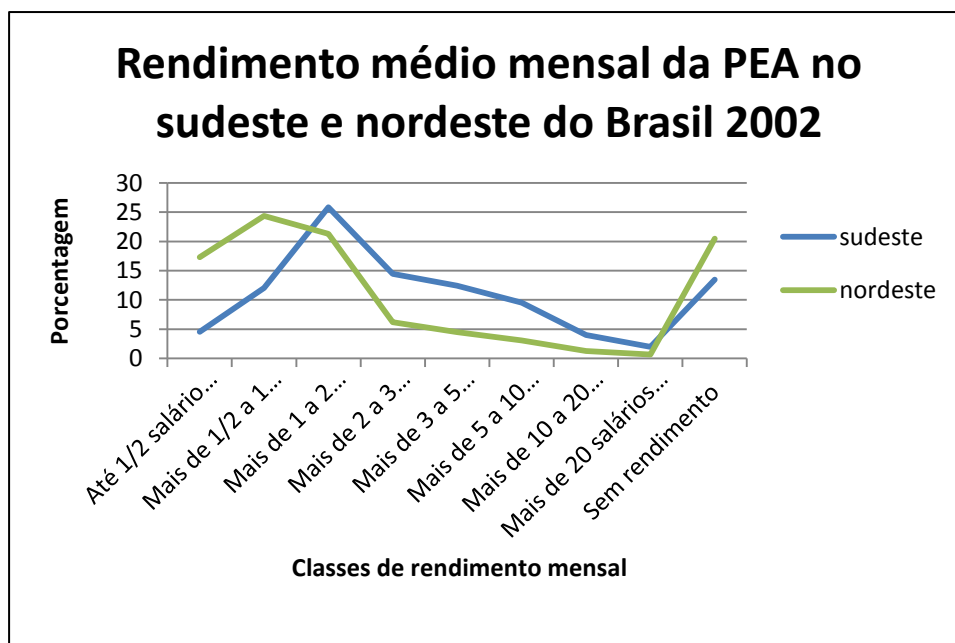
Nos outros agrupamentos, há uma tendência no sudeste ter mais anos de estudos do que o nordeste. O ponto significativo que pode ser visto tanto no gráfico 2 quanto nas porcentagens é que, comparativamente com a situação vista no ano de 2002, houve um considerável aumento no tempo de estudos na região nordestina. Isso acontece também no sudeste, mas, ao contrário do nordeste, o conjunto de Estados dessa região (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo) já tem, em 2002, porcentagens muito melhores que o nordeste. Apesar da melhora significativa, o nordeste ainda possui, comparativamente com o sudeste, números modestos, como, por exemplo, na porcentagem de pessoas que completam o que corresponderia ao ensino fundamental, e que se encaixam no grupo de "8 anos". Enquanto a região sudeste em 2013 está em 11,06%, o nordeste está nos modestos 8,53%. Contudo, o ponto mais importante visto nos dados que se referem a tempo de estudo é, indiscutivelmente, a redução de pessoas no nordeste que não tem instrução e o aumento de pessoas que ingressaram no ensino superior (nos grupos com mais de 11 anos de estudo) (PNAD, 2002 e 2013).

2.3.2 Rendimento da população

Agora iremos analisar um indicador tradicional, que se refere ao rendimento da população, mais especificamente o rendimento mensal médio. De natureza quantitativa, esse indicador faz referência à renda dos indivíduos. Esse dado tem alta correlação com o indicador anterior, anos de estudos. Tradicionalmente, quanto maior o seu tempo de estudo maior será sua remuneração e renda. A escolha desse indicador se deve não apenas a sua importância econômica, mas por ser, variavelmente, um fator que possibilita acessos aos mais diversos tipos de bens e serviços. Contudo, analisado de maneira isolada, não é garantia de bem estar social (MEIER, 1984).

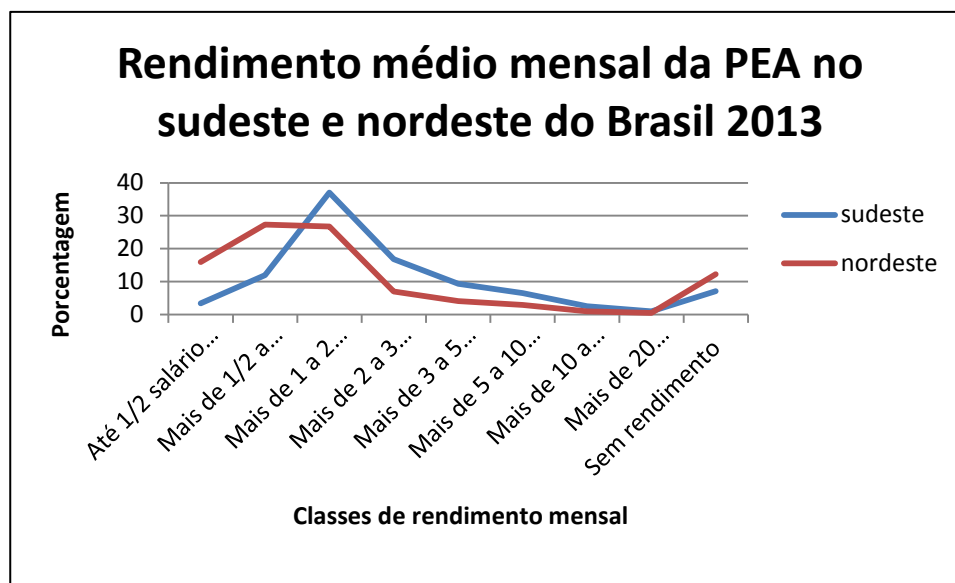
Vejamos o gráfico a seguir, baseado na tabela 1867 da PNAD:

Gráfico 3: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, economicamente ativas na semana de referência, e Valor do rendimento médio mensal, por sexo, situação e classes de rendimento mensal (2002)



Fonte: Elaboração própria com dados da PNAD 2002. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/pnad/pnadpb.asp>

Gráfico 4: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, economicamente ativas na semana de referência, e Valor do rendimento médio mensal, por sexo, situação e classes de rendimento mensal (2013)



Fonte: Elaboração própria com dados da PNAD 2013. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/pnad/pnadpb.asp>

Observando os rendimentos médios mensais, verificam-se dois extremos importantes: a classe sem rendimento e a classe com até vinte salários mínimos. Nos anos 2002, o nordeste apresenta mais de 20% de pessoas com 10 anos ou mais sem rendimento e, em 2013, nota-se uma redução significativa para 12, 21% (PNAD, 2002 e 2013).

No sudeste, no início da década, tem-se um patamar de 13, 45% - quase o nível alcançado pelo nordeste dez anos depois - e, em 2013, nota-se também uma significativa redução para 7% (PNAD, 2002 e 2013).

É interessante, neste momento, olharmos também para as categorias intermediárias. Na categoria "mais de 1 a 2 salários mínimos", encontra-se um salto significativo no sudeste - 25,85%, em 2002, e, em 2013, 37% - contra um aumento menor no nordeste -

21,31%, em 2002, e, em 2013, 26,74% -, ou seja, em um intervalo de dez anos o nordeste alcança o patamar do sudeste no ano de 2002 (PNAD, 2002 e 2013).

Nas outras categorias, existem aumentos modestos ou diminuições modestas, como é o caso da categoria "mais de 5 a 10 salários mínimos" que há redução tanto no nordeste como no sudeste - nos valores, respectivamente, de 3,06% em 2002, e 2,89% em 2013, e 9,55% em 2002, contra 6,51% em 2001 (PNAD, 2002 e 2013).

Fica evidente que a redução tanto no nordeste como no sudeste de pessoas sem rendimento tem relação com as políticas assistencialistas que ganharam força a partir de 2002, principalmente o Bolsa Família. Esse aumento de renda possibilitou que os anos de estudos também aumentassem, como vimos no gráfico 1 e no gráfico 2, fazendo com que um número considerável de pessoas não apenas ingressassem na escola, mas também terminassem seus estudos no ensino fundamental e médio. Isso, aliado às políticas voltadas ao ingresso em universidades e faculdades para pessoas socialmente carentes, também aumentam, percentualmente, o número de pessoas com mais de 11 anos de estudos tanto no nordeste quanto no sudeste (PNAD, 2002 e 2013).

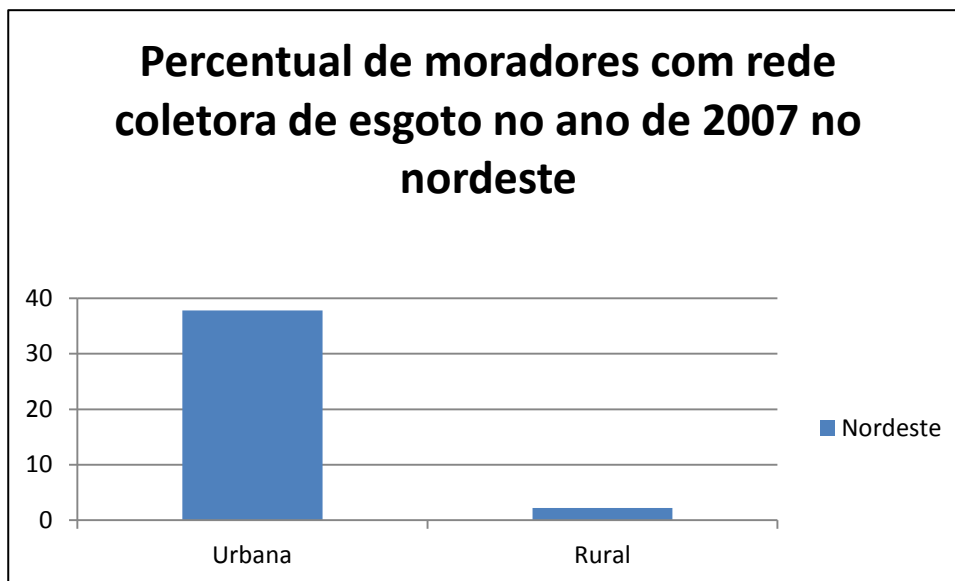
A melhor formação influi, diretamente (pelo menos em teoria), nos melhores ganhos e rendimentos médios, tendo relação direta com o aumento dos mesmos. Se a tendência se mantiver em franco crescimento como é observado nos números da PNAD, muito provavelmente em alguns anos os grupos de rendimentos com pessoas com mais de 3, 4 ou 5 salários mínimos irão crescer de maneira expressiva tanto no nordeste como no sudeste (PNAD, 2002 e 2013).

2.3.3 Rede coletora de esgoto

Indicador não tradicional, o saneamento básico é primordial para a qualidade de vida de um ser humano, pois, dentre outras utilidades, oferta um sistema de coleta de esgoto. A análise desse indicador é interessante, pois abre um leque de questões ambientais que estão além da proposta dessa monografia, como: Para onde se depositam, atualmente, os resíduos sólidos dos domicílios? Qual é o alcance desse recolhimento e como fazê-lo de maneira sustentável?

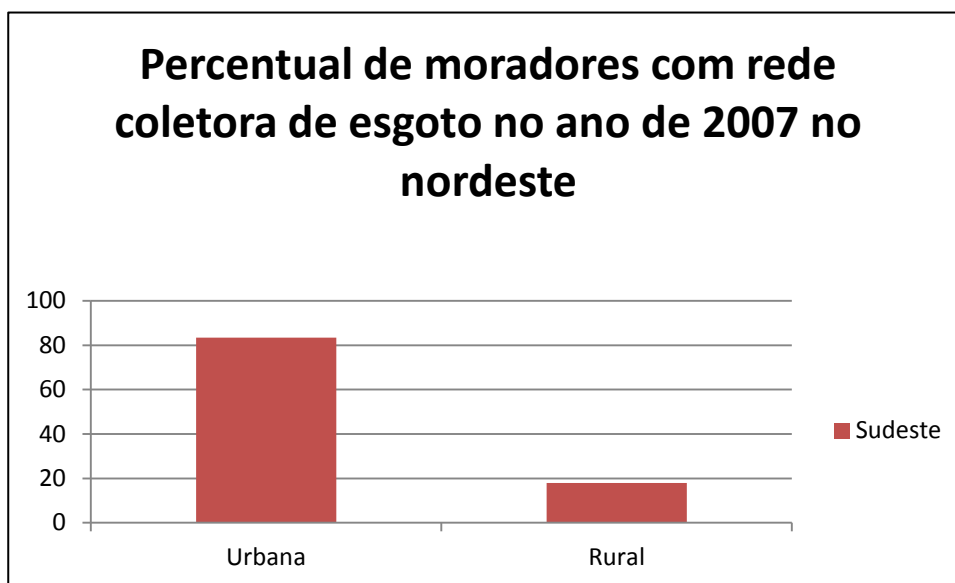
Vamos nos ater, contudo, a proposta desse trabalho. Segue, abaixo, os gráficos para uma análise comparativa:

Gráfico 5: Distribuição percentual de moradores em domicílios particulares permanentes por rede de coleta de esgoto no nordeste (2007)⁴



Fonte: Elaboração própria com dados da PNAD 2007. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/pnad/pnadpb.asp>

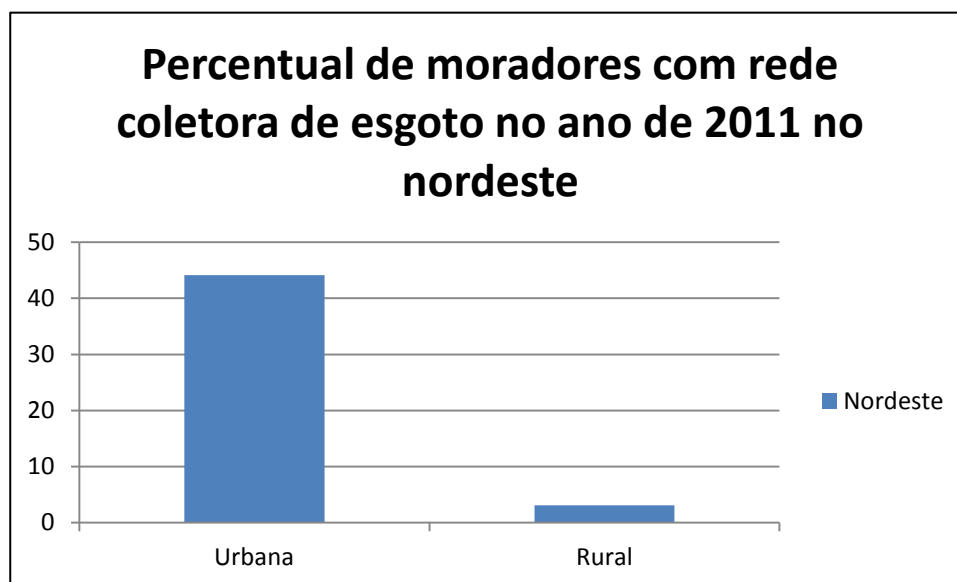
Gráfico 6: Distribuição percentual de moradores em domicílios particulares permanentes por rede de coleta de esgoto no sudeste (2007)



⁴ Nota: Não há dados no Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) para os anos de 2003, 2004, 2005 e 2006

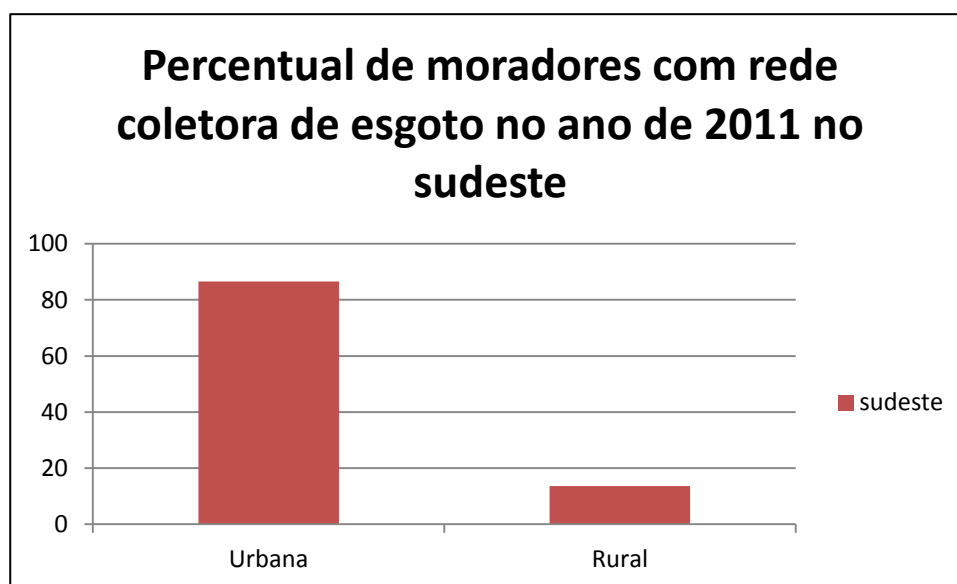
Fonte: Elaboração própria com dados da PNAD 2007. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/pnad/pnadpb.asp>

Gráfico 7: Distribuição percentual de moradores em domicílios particulares permanentes por rede de coleta de esgoto no nordeste (2011)



Fonte: Elaboração própria com dados da PNAD 2011. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/pnad/pnadpb.asp>

Gráfico 8: Distribuição percentual de moradores em domicílios particulares permanentes por rede de coleta de esgoto no sudeste (2011)



Fonte: Elaboração própria com dados da PNAD 2011. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/pnad/pnadpb.asp>

Quando comparamos o atendimento da rede de esgoto das duas regiões abordadas neste presente trabalho, verificam-se diferenças substanciais: enquanto que, na região urbana do sudeste do Brasil, os domicílios atendidos são, em 2007, cerca de 83,4% e, em 2011, 86,5%, as regiões urbanas do nordeste têm um atendimento por volta de 37,8% em 2007 e, em 2011, 44,1%. A diferença se mantém quando se analisa as regiões rurais - no nordeste 2,2% em 2007 e 3,1% em 2011 contra 17,9% em 2007 e 13,6% em 2011 do sudeste (PNAD, 2007 e 2011).

Quando ponderamos que a região mais rica do país tem um atendimento de 86,5% nas regiões urbanas e 13,1% nas regiões rurais, temos uma nitidez do problema de atendimento da rede de esgoto no Brasil. Só pra termos de exemplificação, a cidade de São Paulo sofre com esse problema em diversas regiões, principalmente nas mais marginalizadas pelas autoridades, o que inclui não apenas bairros afastados da região central da cidade como também favelas no coração da cidade e até mesmo bairros de classe média e classe média alta (como Ipiranga, Vila Mariana, Morumbi, Santo Amaro e Casa Verde). O mais absurdo ainda é o destino dos dejetos: os cansados rios Tietê, Pinheiros e diversas represas de abastecimento da região metropolitana (REINA, EDUARDO - O ESTADO DE S. PAULO).

É alarmante o retrocesso da região rural do sudeste do país. Enquanto no nordeste verifica-se um avanço - pequeno, bem como o intervalo de tempo entre 2007 e 2011 para se estabelecer, de fato, um planejamento de atendimento de esgoto - no sudeste nota-se uma diminuição percentual de 4,3% em atendimento de esgoto. Contabilizando os dois anos, tanto na região rural quanto na urbana, observa-se de pouco alcance o sistema de esgoto do país, o que afeta e muito o bem-estar social de qualquer comunidade (PNAD, 2007 e 2011).

2.3.4 PIB *per capita*

A importância do cálculo do Produto Interno Bruto nas ciências econômicas é mais que notória. A propósito, o aumento do PIB já foi considerado o único fator causal do desenvolvimento de uma nação ou comunidade. Sua utilização, portanto, seria indispensável para esse trabalho.

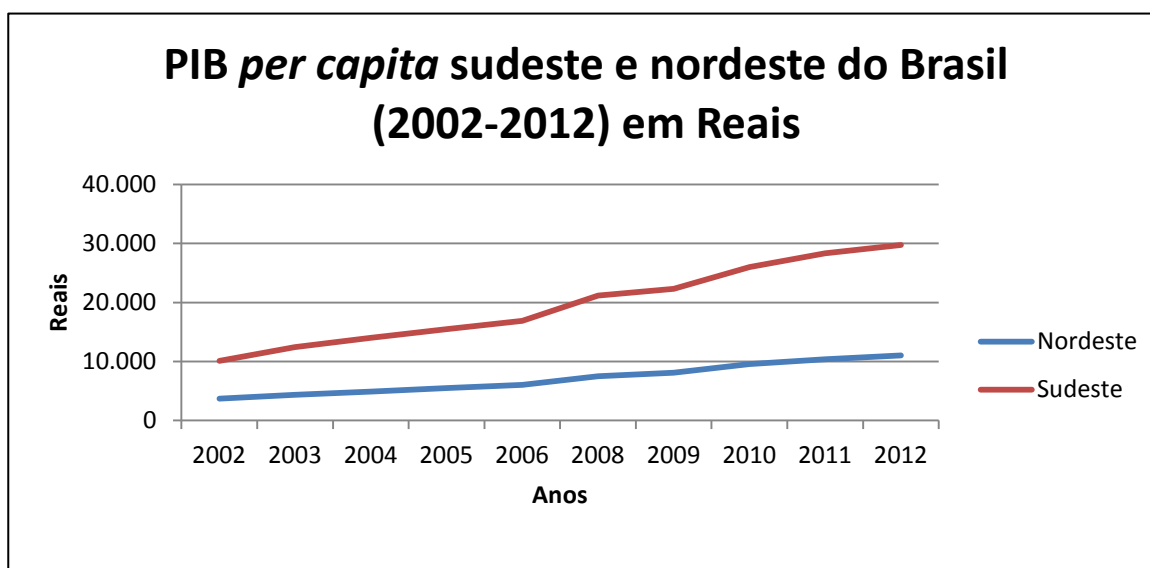
De cunho quantitativo, o PIB *per capita* nada mais é que a estimativa do quociente do valor do PIB e a população estimada, seja de um Município, Estado ou País. A grosso modo, indica o quanto cada pessoa produziu em um determinado período de tempo. Contudo, utilizá-lo de forma isolada para mensurar o desenvolvimento de uma nação é um equívoco, pois esse indicador tem suas limitações, como, por exemplo, não considerar as desigualdades sociais de determinada região. Para uma análise mais apurada, os dados quantitativos, como esse, devem ser analisados juntamente com indicadores qualitativos (STIGLITZ ET AL 2009).

Tabela 1: Produto Interno Bruto *per capita*, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação em reais (2002 a 2012)

	2002	2003	2004	2005	2006	2008	2009	2010	2011	2012
Nordeste	3.694	4.355	4.899	5.499	6.029	7.488	8.116	9.561	10.379,55	11.044,59
Sudeste	10.086	12.424	14.009	15.469	16.912	21.183	22.308	25.984	28.350,39	29.718,34

Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE (Contas Regionais 2002-2012). Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=5

Gráfico 9: PIB per capita do sudeste e nordeste do Brasil (2002 a 2012)



Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE (Contas Regionais 2002-2012). Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=5

As diferenças de patamares se mantêm em quase todo o período. Se analisar os extremos (2002 e 2012), verifica-se as diferenças de crescimento: O nordeste, em 2002, está no patamar de R\$ 3.694,00 e cresce, em dez anos, quase 300%, indo para R\$ 11.044,59. Enquanto que o sudeste, saindo de seus R\$ 10.086 em 2002 para R\$ 29.718,34 em 2012, ou seja, também quase 300%. Contudo, devem-se levar alguns quesitos em consideração: primeiro, a diferença populacional é significativa; enquanto o sudeste tem uma população estimada, em 2002, de mais de 74 milhões de habitantes e, em 2012, de 82 milhões, o nordeste tinha mais de 48 milhões e 54 milhões, respectivamente. Segundo, a diferença do valor inicial do PIB *per capita* (isto é, 2002) é grande, mais especificamente de R\$ 6.392, 00. Ou seja, já há uma grande diferença na "largada" de crescimento (PNAD, 2002 e 2012).

Um terceiro ponto é importante nessa análise: a geração de riquezas. Como estamos lidando com um indicador quantitativo, não temos detalhes sobre o teor produtivo de cada região, e isso faz uma grande diferença numa análise mais profunda (o que pode ser visualizado com mais atenção nas contas regionais do IBGE, por Unidade Federativa).

De qualquer forma, olhando os números de 2002 a 2012, há uma significativa diferença entre o sudeste e o nordeste do país. O primeiro, mais populoso, tem uma geração de riqueza substancial que acompanhou, durante o intervalo, o aumento da sua

população. A região nordestina, menos populosa, tem um aumento um tanto quanto tímido no seu PIB *per capita* durante todo o intervalo de tempo (PNAD, 2002 e 2013).

Mesmo assim verificam-se pontos que o indicador não cobre, como, por exemplo, as desigualdades sociais. Se há um aumento tímido no PIB *per capita* nordestino, onde, especificamente, ele se localiza na sociedade nordestina? Houve uma redistribuição de renda e das riquezas geradas? A mesma indagação se faz com a região sudeste do país: A geração de riqueza se espalhou e se distribuiu de forma regular nas regiões marginalizadas, como na extrema zona leste da cidade de São Paulo ou nos diversos cortiços e favelas que ocupam o que já foi o primeiro bairro nobre da cidade (Campos Elíseos)? Isso sem contar os outros Estados do sudeste, e outras regiões marginalizadas, como o Morro da Mangueira no Rio de Janeiro, o Morro do Papagaio em Belo Horizonte. Ou essa geração de riqueza *per capita* ainda se concentra em Higienópolis, Leblon ou na Pampulha? E, mesmo se houver de fato uma redistribuição ao longo desses 10 anos, isso é sinônimo de desenvolvimento socio-econômico?

Justamente alguém pode apontar que essa não é a função desse indicador. Sim, por isso ele não deve ser analisado sozinho, mas ser somado a outros indicadores. Veremos agora, por exemplo, o que o IDH dos Estados nos fornece.

2.3.5 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

O conceito de desenvolvimento foi se transformando conforme o tempo. Em primeira instância olhavam-se apenas os dados quantitativos referentes ao crescimento da renda agregada. Posteriormente, observou-se que para fazê-lo de maneira plena era necessário consultar, também, índices qualitativos. O IDH foi o primeiro grande indicador desenvolvido exatamente com essa finalidade: Analisar de maneira multidimensional o desenvolvimento, considerando três dados relevantes: educação, saúde e renda, sendo este último um dado quantitativo de grande relevância (STIGLITZ ET AL 2009).

Tabela 2: IDHM do conjunto dos Municípios das Unidades Federativas das regiões sudeste e nordeste do Brasil (2000 e 2010)

Espacialidades	IDHM	IDHM
	2000	2010
Brasil	0,612	0,727
Alagoas	0,471	0,631
Bahia	0,512	0,66
Ceará	0,541	0,682
Maranhão	0,476	0,639
Paraíba	0,506	0,658
Pernambuco	0,544	0,673
Piauí	0,484	0,646
Rio Grande do Norte	0,552	0,684
Sergipe	0,518	0,665
Espírito Santo	0,64	0,74
Minas Gerais	0,624	0,731
Rio de Janeiro	0,664	0,761
São Paulo	0,702	0,783

Fonte: Elaboração Própria com dados do Atlas Brasil 2000 e 2010. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>

Antes da análise é válido lembrar o funcionamento do IDH: o índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano do local analisado. A maioria das análises consideram um IDH < 0,500 como baixo desenvolvimento humano, entre 0,500 < IDH < 0,799 como de médio desenvolvimento humano e IDH > 0,8 é considerado como alto desenvolvimento humano (PNUD, 2000 e 2010).

Podemos observar que, em ambos os períodos, os patamares de IDH das Unidades Federativas que formam a região nordeste do Brasil estão bem abaixo do IDH do Brasil. Quando comparamos com as Unidades Federativas que formam o sudeste, essa defasagem também continua, com o detalhe de que todos os Estados da região sudeste em ambos os períodos estão em patamares superiores ao do Brasil (PNUD, 2000 e 2010).

Os Estados com maiores IDHs são: Ceará, que, em 2000, está em 0,541 e, em 2010, 0,682. O Estado de São Paulo tem, respectivamente, 0,702 e 0,783. Os menores são de Alagoas (0,471 e 0,631) e Minas Gerais (0,624 e 0,731).

Quando cruzamos os dados já analisados, pode-se observar que se segue uma tendência no que se refere à saúde, educação e renda. Deixando bem claro que, mesmo sendo plataformas de dados diferentes, elas se convergem nesses pontos e exprimem todas as análises feitas até então de maneira coerente. Em todos estes fatores o sudeste tem uma vantagem, grande ou pequena, sobre o nordeste. Mais que isso, o nordeste no começo do período analisado (2002) tem dados tão baixos que refletem ao longo de todo o período. E isso pode ser verificado de maneira clara no IDH de cada ente federativo das regiões. Se o IDH exprime, dentro da sua ampla cobertura de dados e nas suas limitações, um desenvolvimento humano bem além de apenas crescimento econômico, pode-se auferir que a região sudeste sai ganhando, não apenas comparativamente com o nordeste, mas com o resto do país. E se analisar os próprios números da região sudeste e os comparar com a escala do IDH ($0 > \text{IDH} < 1$), verifica-se que ainda há muito que melhorar em termos de desenvolvimento socioeconômico (PNUD, 2000 e 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

3.1 Da Fronteira da Economia do Desenvolvimento

A proposta desse trabalho era: as disparidades das duas regiões do país (sudeste e nordeste) avaliadas por indicadores tradicionais - como PIB e renda *per capita* - são ampliadas quando avaliadas sob as perspectivas de outros indicadores, não tradicionais, que levam em consideração fatores ambientais, institucionais, etc?

Temos, agora, algumas considerações para apontar.

A primeira delas é que foram escolhidos aqui, em sua totalidade, cinco indicadores: Rendimento das pessoas economicamente ativas, PIB *per capita* das regiões sudeste e nordeste do país, tempo de estudo, sistema de esgoto e IDH. A escolha desses indicadores foi norteada pelo arcabouço teórico visto da fronteira do desenvolvimento - que tem, dentre outros autores, Joseph Stiglitz, Irma Adelman e Gerald Meier.

Esse mesmo arcabouço teórico tem uma linha de evolução muito intensa na segunda metade do século passado no que tange o questionamento do que se considera desenvolvimento. Dado todo o cenário pós-crise 2008, consagra-se que, para a avaliação do bem estar do indivíduo, não basta apenas uma análise de indicadores quantitativos, estes devem somar-se aos indicadores qualitativos. Isso torna a tarefa de análise e recolhimento de dados uma tarefa árdua, mas que, no fim das contas, esclarece muitas coisas de uma determinada comunidade, região ou país (STIGLITZ ET AL 2009).

No caso dessa monografia, foram escolhidas duas regiões distintas do país devido suas características sociais intrínsecas, trajetória econômica e, em determinados pontos, fatores políticos. Em suma, duas faces da mesma moeda que se chama Brasil.

Ao analisarmos esses cinco indicadores pudemos ver a disparidade econômica e social dessas duas regiões. Mais que isso: muitas vezes encontramos gratas surpresas de ótimos caminhos no que confere o caso nordestino e alguns números que entristecem no que se relaciona à região mais rica do país, o sudeste.

A começar pelo tempo de estudo: existe, sim, uma enorme diferença entre o sudeste e o nordeste do país nesse quesito, mas no que se refere a ingressantes no sistema educacional, o nordeste teve um salto significativo na categoria "sem instrução e menos de 1 ano de estudo" do ano de 2002 a 2013 não apenas em relação a ele mesmo (em 2002,

tem-se 21,35% contra 15,3% em 2013) como em relação ao sudeste, que teve uma redução mínima (em 2002, tem-se 7,87% contra apenas 6,48% em 2013). Sem dúvida alguma podemos apontar essa redução à força crescente das políticas assistencialista, com destaque ao bolsa família, que permitem que uma fatia marginalizada da população nordestina tenha, ao menos, acesso ao ensino básico (PNAD, 2002 e 2013).

Esse indicador liga-se, diretamente, com o tradicional indicador de rendimento mensal médio. Quanto maior o estudo, o acúmulo de conhecimento, maiores os salários esperados pelo profissional, e, apesar da evolução dos "novos entrantes", seja no ensino básico, seja no técnico profissionalizante, eles ainda não entram nas estatísticas da PNAD por uma questão temporal. Afinal, formar toda uma geração e possibilitar o aumento de seu rendimento exigem um tempo maior do que o considerado nesse trabalho. Esses frutos serão recolhidos em um futuro próximo, mas o que já podemos apontar sobre esse caminho é uma diminuição considerável das famílias da categoria "sem rendimentos" e um aumento na categoria "de 1 a 2 salários mínimos" tanto no sudeste como no nordeste do país. Todas as outras categorias tiveram diminuições, o que é, até certo ponto, tranquilizador, quando nos referimos, por exemplo, a categoria com maior acúmulo de poder aquisitivo, que é "Mais de 20 salários mínimos". Quando temos um aumento nas categorias intermediárias e uma diminuição nas categorias extremas, como a já citada anteriormente e a perversa "sem rendimentos", temos uma melhor distribuição de renda e, por conseguinte, um maior acesso ao mercado de bens de consumo duráveis (como eletrodomésticos e automóveis) (PNAD, 2002 e 2013).

Existem fatores fundamentais para o desenvolvimento. Como já posto, temos determinadas etapas que se relacionam e se comunicam. É necessário um aumento de riqueza, um crescimento econômico, visto no PIB e, quando fracionado pela população de uma nação ou de uma região, o crescimento do PIB *per capita*. Paralelamente, por meio de políticas públicas, é necessário corrigir os focos de pobreza e miséria. Essa correção de pobreza e miséria vai permitir uma maior capacitação, e, portanto, um aumento significativo do tempo de estudos dos indivíduos. Esse aumento gera bons salários em um futuro profissional e, que gera, conjuntamente, acesso a uma série de condições não vistas antes, como à cultura, a discussão política, a estruturas melhores etc (MEIER E STIGLITZ,2002).

É aqui que entramos no indicador "Coleta de esgoto". Uma melhora na distribuição de renda, na educação e nas oportunidades de emprego trariam consigo uma melhora em

estruturas básicas como esta. Aliás, essas estruturas deveriam vir *a priori*, uma vez que higiene e saúde estão intimamente relacionados com isso e são condicionantes básicos para uma pessoa ter possibilidade de estudar e trabalhar de maneira digna.

E aqui encontramos surpresas negativas: apesar de haver uma diferença muito grande entre o acesso ao esgoto no sudeste e nordeste do país, independentemente da região ser rural e urbana, é de se espantar que a coleta aconteça em apenas 86,5% da área urbana da região (no ano de 2011) mais rica do país. O espantoso desse número é exatamente os outros 13,5% que não se encaixam apenas nas periferias e favelas dos grandes estados do sudeste, mas em bairros considerados de classe média alta e alta. Em um tom claro, o mesmo problema visto em quem mora em partes da Vila Mariana, bairro de classe média alta da cidade de São Paulo, também é visto em favelas como a do Heliópolis (que, diga-se de passagem, está longe de ser a pior favela da cidade em termos de estrutura).

O que verificamos, nesse caso, é um completo descaso das autoridades locais na estruturação de recolhimento de esgoto e isso é lamentável. Lamentável porque o recolhimento de esgoto está diretamente ligado à saúde, que é um bem básico que deveria ser comum a todos. Quando esse bem básico não é estruturado de maneira planejada, mesmo aqueles que conseguem ascender na pirâmide social poderão se deparar com o mesmo problema que enfrentava anteriormente. Se observarmos os números do nordeste no ano de 2011 (44,1% da área urbana) temos um cenário alarmante: mais de 50% de uma região com cidades como Salvador, Petrolina e Olinda não têm acesso à coleta de esgoto. Isso sem contar as áreas rurais, que pioram ainda mais a situação. (PNAD, 2007 E 2011)

Nesse caso, apesar do curto espaço de tempo de análise (2007 a 2011), é incrível como o Brasil, um país que tem a sexta maior economia do mundo em termos de PIB, ainda não se estruturou de maneira plena no início do século XXI em um serviço tão fundamental. Talvez essa seja a prova maior de que os dados quantitativos, sozinhos, não querem dizer muita coisa.

O indicador seguinte é um dos mais famosos do meio econômico: o PIB *per capita*; pode-se perceber que as diferenças entre as regiões continuam sendo grande nos valores: em 2002, R\$ 3.694 no nordeste e R\$ 10.085 no sudeste e, em 2012, respectivamente, R\$ 11.044,59 e R\$ 29.718,34. Houve, no período, um gradual aumento do PIB *per capita* nordestino, mas ainda muito baixo se comparado com os patamares do sudeste. Já foi salientado também que o PIB *per capita* não leva em consideração determinados fatores

sociais, como as desigualdades sociais. Não fica claro, portanto, onde reflete esse aumento, se nas camadas mais pobres do nordeste ou se mantêm, ainda, nas suas históricas e poderosas oligarquias (PNAD, 2002 e 2012).

As análises são fechadas com nada menos que o Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios, o IDHM, que engloba outros índices analisados a parte nesse trabalho: Educação, saúde e renda. Daqui podemos fazer algumas conexões.

O IDH baixo verificado nas Unidades Federativas do nordeste coincide com os dados vistos nos outros indicadores aqui abordados, corroborando a existência clara e evidente entre sudeste e nordeste, seja em indicadores tradicionais, seja em indicadores não tradicionais. A diferença de IDH entre as regiões é considerável em ambos os períodos, mas mais que isso: quando utilizamos o atual patamar do sudeste, o Estado com maior IDH em todo o período é o de São Paulo (com 0,783, em 2010); se o compararmos com a escala do IDH ($0 > \text{IDH} < 1$), ele se configurará no intervalo de $0,500 < \text{IDH} < 0,799$, considerado como de médio desenvolvimento humano, o que indica que, apesar dos números, ainda há uma longa estrada para se melhorar (PNUD, 2000 e 2010).

Faço uma observação importante ao maior Estado da região sudeste: Minas Gerais. Minas Gerais, tradicionalmente, tem seu território dividido entre norte e sul exatamente por ter características tanto do nordeste (marcado pela figura do sertanejo, tão bem imortalizado por Guimarães Rosa, e seu sistema político patriarcal oligárquico) quanto do sudeste (dinâmico e com outros dispositivos políticos e sociais), e isso reflete no seu IDH, o menor da região, com 0,624 nos anos 2000 e 0,731 em 2010 (PNUD, 2000 e 2010).

No que abrange a fronteira do desenvolvimento econômico, o que pode ser verificado é que as diferenças entre sudeste e nordeste do Brasil, quando analisadas seja por indicadores tradicionais ou por indicadores não tradicionais, se mantêm em grande parte das análises na série temporal de 2002 a 2012 (apesar de avanços consideráveis de ambas as regiões), aumentando substancialmente em determinados indicadores - como coleta de esgoto e PIB *per capita*.

3.2 O problema regional no Brasil

No início do trabalho, vimos as visões de autores nacionais como Celso Furtado, Wilson Cano e Samuel Pessoa sobre os problemas regionais no país. Podemos fazer algumas considerações.

A primeira delas se refere a tradicional análise de Celso Furtado sobre os rumos da economia brasileira. O seu estudo histórico-estrutural nos dá um panorama muito claro das diferentes trajetórias que o sudeste e o nordeste do Brasil. Mais que isso, Furtado nos aponta o tamanho da Heterogeneidade visto dentro do nosso país, seja em termos de grandes regiões, seja em termos de Estados ou Municípios (FURTADO, 1959).

O grande erro de Furtado é apontado pela contribuição de Wilson Cano ao observar que a análise histórico-estrutural de centro e periferia não pode se aplicar dentro das dimensões de um país que já realizou sua revolução industrial e tem, minimamente, esse sistema integrado. O ponto de Cano, que serve muito bem para esse trabalho, é as condições que se dá uma planificação industrial no país. Para o autor, é evidente que essa planificação, uma vez não planejada de maneira correta, pode acarretar em diversos problemas de bem estar social, ou seja, industrialização não é sinônimo de desenvolvimento, e, uma vez mal planejada, pode trazer problemas de habitação (favelas e cortiços), de dejetos (coleta de esgoto e saneamento básico como um todo) etc. Problemas estes que são verificados nas grandes regiões metropolitanas do país, aquém das diferenças sudeste e nordeste (CANO, 1998).

A contribuição de Samuel Pessoa, sem dúvida, é a ênfase que o Estado deve dar na melhoria da educação e infraestrutura. O equívoco desta visão está exatamente na crença de livre mobilidade de fatores e que o problema regional é mais de cunho alocativo do que qualquer outro, não sendo um problema regional e sim social. Fica evidente diante dos indicadores que, melhorias no ensino (tempo de estudo) e na infraestrutura (além da coleta de esgoto, permeando o planejamento industrial e de transportes no país) são importantes para desenvolver um conjunto de indivíduos e possibilitar a atração de indústrias para locais menos favorecidos. Contudo, a melhoria desses fatores não é o único ponto a se levar em consideração para a melhoria do bem estar social nordestino (PESSÔA, 2002).

Devem-se considerar, ponderadamente, as visões distintas e opostas para se chegar a um ponto comum que possibilite a diminuição das disparidades verificadas no nordeste comparativamente ao sudeste do país. É necessário um plano educacional e de infraestrutura de grande alcance para ambas regiões, com destaque ao nordeste que tem indicadores piores, mas que vem, ao longo do tempo estudado (2002-2013), conseguindo transpor barreiras ao desenvolvimento. Não se podem esquecer as diferenças sociais e políticas das duas regiões, frutos do período colonial e que marcam, guardada as proporções, o sudeste e o nordeste brasileiro até hoje. E, sobretudo, não se pode industrializar sem planejamento adequado, sem olhar para o humano, sem ficar de olho na qualidade de vida, no fornecimento de serviços básicos, na desigual distribuição de renda e no acesso à cultura e às discussões políticas. Quando isso for executado de maneira coordenada, a diminuição das desigualdades locais irá diminuir e o bem-estar social irá aumentar, tornando o Brasil, de fato, em um país desenvolvido.

BIBLIOGRAFIA

- ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James A. **Why Nations Fail**. 2012.
- ADELMAN, Irma. **Fallacies in Development Theory and their Implications for Policy**, Em J. Stiglitz e G.Meier, *Frontiers of Development Economics*. 2001.
- BARBIERI, José Carlos. **O Local e o global na implementação do desenvolvimento sustentável**. Autêntica e Federação Mineira de Fundações Privadas. 2006.
- CANO, Wilson. **Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil**. IE Unicamp. 1998.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. Companhia das letras. 1959.
- _____. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Fundo de Cultura. 1961.
- _____. **Análise do “modelo” brasileiro**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 3ª ed. 1972.
- IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios: PNAD**. Rio de Janeiro: IBGE, 2002-2013. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/pnad/pnadpb.asp>> Acesso em: 7 Set. 2014.
- MEIER, G. **Ideas for development**. Oxford University Press. 2001.
- _____; STIGLITZ, Joseph. **Frontiers of Development Economics**. A Copublication of the World Bank and Oxford University press. 2001.
- MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Política Nacional de Desenvolvimento Regional**. 2014. Disponível em: <<http://www.integracao.gov.br/politica-nacional-de-desenvolvimento-regional-pndr>> Acesso em: 27.Jan.2015.
- PESSÔA, Samuel. **Existe um problema de desigualdade regional no Brasil?** FGV. 2001.
- PREBISCH, Raúl. **O Desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais PNUD. Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. PNUD, 2000-2010. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>> Acesso em: 8 Out. 2014.
- problemas**. Revista Brasileira de Economia (RBE) Volume 3, N.3(1949).
- RIBEIRO NETO, Hugo; GOMES, Jorge. **FIB, IDH e PIB: Complementaridade e contrapontos entre os indicadores de desenvolvimento humano e das nações**. II Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades (CONINTER). 2013.

REINA, Eduardo. **33 bairros de SP ainda despejam esgoto no Tietê**. O Estado de S. Paulo, 07 Jul.2010. Disponível em: <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,33-bairros-de-sp-ainda-despejam-egoto-no-tiete-imp-,577547>> Acesso em: 25 Nov. 2014.

STIGLITZ, Joseph; SEN, Amartya; FITOUSSI, Jean-Paul. **Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress**. 2009.

USDSN. **World Happiness Report**. 2013. Disponível em: <<http://unsdsn.org/resources/publications/world-happiness-report-2013/>> Acesso em: 28 Nov. 2014.